

Organizações de economia social: Coexistência, exemplo ou alternativa

Isabel Guerra

Maria de Fátima Ferreiro

Dezembro de 2014

WP n.º 2014/10

DOCUMENTO DE TRABALHO

WORKING PAPER



DINAMIA'CET

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE A MUDANÇA
SOCIOECONÓMICA E O TERRITÓRIO
ISCTE-IUL

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



DINAMIA'CET

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE A MUDANÇA
SOCIOECONÓMICA E O TERRITÓRIO
ISCTE-IUL

Organizações de economia social: Coexistência, exemplo ou alternativa ?

Isabel Guerra *

Maria de Fátima Ferreira **

WP n.º 2014/10

DOI: 10.7749/dinamiacet-iul.wp.2014.10

INTRODUÇÃO	3
O CONTEXTO DAS INTERROGAÇÕES: REPENSAR A RELAÇÃO ENTRE O ECONOMICO E O SOCIAL	4
1. IDENTIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOCIAL: alternativas locais mas longe de se apresentarem como movimento social	8
2. LIDERANÇA E GESTÃO: necessidade de um salto qualitativo no trabalho coletivo	11
3. SUSTENTABILIDADE E REDISTRIBUIÇÃO SOCIAL: uma sustentabilidade paradoxal	12
4. A ECONOMIA SOCIAL: coexistência, exemplo ou alternativa ?	14
BIBLIOGRAFIA.....	16

* DINAMIA'CET-IUL.

** DINAMIA'CET-IUL and ISCTE-IUL.

Organizações de economia social: Coexistência, exemplo ou alternativa ?

Abstract

A experiência de investigação em projectos no âmbito da economia social traduziu-se numa problematização dirigida às organizações que a integram e que as autoras do texto desenvolvem a partir dos seguintes vectores: i) o desafio relacionado com a estruturação de novas formas de relação entre o económico e o social dando prioridade às pessoas sobre o capital, à utilidade social e ao interesse coletivo sobre o interesse particular e trabalhando com os valores da solidariedade, da cooperação, da ajuda mútua, da equidade e da justiça social; ii) a forma como estas organizações definem a sua identidade face a uma economia de mercado e a procura de alternativas ao modelo socioeconómico dominante; iii) a refundação de modelos organizacionais onde decisores, trabalhadores e clientes actuem inspirados em culturas organizacionais que valorizavam o lugar dos atores na mudança social, o exercício da cidadania e a ação colectiva. As autoras concluem que a economia social poderá fornecer alguns princípios e regras para a construção de um ponto de partida para pensar de outra forma o desenvolvimento sustentável e uma economia socialmente responsável.

Palavras-chave: Economia social, empreendedorismo social, sustentabilidade social, participação, acção colectiva.

INTRODUÇÃO

A participação das autoras deste *working paper* nalguns projectos sobre economia social e muito particularmente num projecto de investigação sobre Empreendedorismo Social ⁽¹⁾ permitiu reunir material de reflexão sobre a identidade das organizações que se reconhecem neste conceito. Com efeito, à história da economia social e à identificação das múltiplas correntes teóricas da mesma, parece-nos que é importante e necessário pensar a economia social hoje.

A multiplicidade e a plasticidade desta área da actividade económica em termos teóricos, jurídicos e institucionais, complexifica e introduz opacidade numa forma de trabalhar e de viver que parece clara nos seus fundamentos e princípios: produzir através de formas de organização do trabalho que sejam solidárias, cooperantes e democráticas. Foi a resposta do socialismo (p.e. utópico, Marxista) em clara ruptura e como alternativa ao modo capitalista de produção baseado no interesse próprio, na concorrência e na procura de lucro como objectivo primeiro. A desumanidade e a injustiça de um modo de produção predador da humanidade e da natureza deveria dar lugar a formas humanas de reprodução material, além do apelo ao desenvolvimento espiritual e moral da humanidade. Chegados ao séc. XXI e com o aceleração da globalização e da emergência de novos actores na liderança mundial do capitalismo com uma dimensão financeira sem precedentes, com o agravamento das desigualdades e a pressão insustentável sobre os recursos naturais, a pergunta subsiste: é possível viver de outra forma? Qual o papel da Economia Social na procura de alternativas ao modelo socioeconómico dominante?

Trazemos aqui um ensaio, em jeito de reflexão, proporcionada pelas diversas pesquisas sobre organizações que se identificam como de “economia social” e que visa tão somente uma constatação e um questionamento da sua identidade, da forma como se estruturam e são geridas, da coerência entre essa vivência e a missão e valores da economia social. Atravessa a reflexão a tentativa de identificar do que falamos quando referimos a economia social na actualidade, de um sector (terceiro sector) entre outros?, exemplos críticos para melhorar a economia formal?, ou de uma alternativa, tal como a viam os seus fundadores no séc. XIX?.

¹ *Empreendedorismo Social em Portugal: as políticas, as organizações e as práticas de educação/formação*, coordenado por Cristina Parente, IS/FL/UP, 2009/2012, financiamento FCT. Ver e-book com metodologia e resultados em <http://www.empsoc.net/>

O CONTEXTO DAS INTERROGAÇÕES: REPENSAR A RELAÇÃO ENTRE O ECONOMICO E O SOCIAL

A crise atual integra múltiplas e integradas dimensões e vive-se o impasse de um modelo civilizacional que mostra os seus limites e sofre contestação generalizada perante o olhar e o discurso perplexo dos governantes nacionais e internacionais. Nunca a sensação da unicidade do mundo foi tão evidente como agora e é acompanhada pelo questionamento dos valores princípios e conceções de uma mundialização desregulada. A questão da crise – «crise financeira para uns» e «crise sistémica do capitalismo para outros» – impôs-se no debate público e nas consciências. A crise para além de económica tornou-se social desenvolvendo-se em todos os terrenos: crise urbana, crise da proteção social, crise da legitimidade do estado, crise da confiança entre cidadãos, etc já para não referir a crise alimentar, a crise climática, a crise política traduzida no aumento das tensões em muitos territórios. Vivem-se transformações brutais a que nos habituamos a chamar crise e que, em várias dimensões, tem dimensões planetárias. A procura de alternativas não é, pois, de estranhar - as dinâmicas económicas descolaram das reais necessidades humanas através de um projeto de concentração do poder económico nas mãos de uma minoria e com a conivência dos poderes políticos. O aumento das desigualdades tem sido um dos resultados de soluções neoliberais com a diminuição do Estado Social e a concentração do poder económico em de organizações de natureza financeira.

A visão neoclássica não integra a dimensão social da economia. Segundo Lévesque (2007, b), como tudo é aparentemente pago pelo seu ‘justo valor’ reconhecem-se apenas os accionistas aos quais é concedido o monopólio exclusivo das decisões e dos resultados (lucros); daí, e agora de acordo com Lipietz, os preços refletirem somente uma parte do valor da produção e uma parte dos custos com enviesamentos na Contabilidade Nacional (Lipietz, 1993, p. 26).

Recentemente a Nova Sociologia Económica (NSE) tem-se afastado quer da visão económica convencional quer da visão marxista ao recusar o determinismo económico sobre as dinâmicas sociais. A NSE recupera clássicos como Weber, Durkheim e Simmel e defende um entendimento da esfera económica como fenómeno social total. Desde os finais do século passado que a produção científica apela a uma modernização reflexiva (Giddens, 1995), denunciando uma “sociedade de alto risco” (Beck, 1992), questionando a rutura entre ciência e valor em nome da diversidade dos mundos (Boltanski e Thévenot, 1991) ou, ainda, das relações de força que presidem à produção do conhecimento científico (Callon, Lascoumes e Barthe, 2001).

Nessas denúncias as relações entre o económico, o social e o político são reconfiguradas e o seu conteúdo é redefinido. O económico cessa de ser reduzido ao mercantil para incluir o não mercantil e o não monetário, na aceção de Polanyi, originando a expressão ‘economia plural’ (Laville, 1994). O social, por sua vez, deixa de ser reduzido à distribuição e aos gastos sociais para se tornar “capital social” (Putnam, 2000), um espaço de “investimento social” e de “produção antropológica” (Bertaux, 1978), e a esfera política é recriada em função do alargamento das formas de expressão da democracia.

Nesse contexto, procuram-se novas formas de relação entre o económico e o social dando prioridade às pessoas sobre o capital, à utilidade social e ao interesse coletivo sobre o interesse particular e trabalhando com os valores da solidariedade, da cooperação, da ajuda mútua, da equidade e da justiça social. A economia poderá fornecer alguns princípios e regras para a construção de um ponto de partida para pensar de forma realista o desenvolvimento sustentável e uma economia socialmente responsável. Desse modo, o reconhecimento do social, abrangendo, entre outros aspetos, a equidade, a qualidade de vida e a relação Norte-Sul, pressupõe não somente uma transformação do conjunto do sistema de produção e de consumo, mas também uma democratização da economia e das instâncias de regulação.

A visibilidade recente do Terceiro Sector e da economia social e solidária emerge justamente dos reptos lançados por uma economia que não responde às necessidades dos cidadãos. Estamos perante aproximações democráticas, plurais e territorializadas de produção e satisfação das necessidades. As organizações da economia social partilham três princípios: autonomia de gestão (independência do Estado e dos poderes políticos); gestão democrática (poder de decisão repartida pelos membros da organização) e uma dimensão lucrativa limitada pois o seu objetivo não é o lucro em si mesmo mas a satisfação de necessidades.

Como refere Barthélémy e outros (2011), o ADN das organizações de economia social decorre da combinação entre o carácter empresarial que resulta de iniciativas privadas orientadas para a satisfação de necessidades consideradas indispensáveis e formas de gestão orientadas por dirigentes que agem ao serviço de uma coletividade e que correm riscos e procuram um modelo económico viável. Estas organizações estão inscritas na economia de mercado mas consideram o lucro não como um fim em si mesmo mas como um meio para realizar um projeto social. Apresentam três dimensões estruturantes a sua missão: a dimensão social, centrada na satisfação de necessidades e/ou aproveitamento de recursos (p.e., materiais, humanos, ecológicos); a

dimensão democrática de desenvolvimento do capital social e da cidadania, e a dimensão da inovação envolvendo novas respostas à satisfação de necessidades.

Esta nova articulação entre o económico, o social e o político faz parte integrante do ADN das organizações de economia social e, nesse sentido, não é de estranhar que se encontrem diferentes visões sobre o carácter e o impacto deste tipo de iniciativas na sociedade de mercado. Identificam-se três posições tipo que, não sendo explícitas, de alguma forma emergem como potenciais explorações do carácter da Economia social (ES).

- a ES como um *terceiro sector*, isto é, uma outra forma de economia coexistindo no interior dos outros tipos de economia: mercado, economia pública e a economia familiar e informal (com base no voluntariado);
- a ES como uma economia *que funciona como exemplo* de aperfeiçoamento crítico para as empresas de mercado baseadas em valores individualistas de maximização do lucro e que concilia de forma mais adequada o sentido mercantil e o sentido social da economia num “capitalismo de rosto humano”;
- a ES como um modelo, *uma alternativa* à economia de mercado neoliberal, centrada na lógica da economia ao serviço das pessoas e pretendendo ser, a prazo, a economia dominante fundadora de um novo modelo civilizacional.

Todas estas conceções têm em comum a noção da sua diferença face à sociedade de mercado e têm subjacente a ideia de que é possível viver de forma diferente.

Mas o que tem de diferente esta economia social? Produzir bens e serviços é comum a qualquer atividade económica; será que o conceito de *social* junto ao nome clarifica o destinatário, o tipo de produto, os processos de trabalho? Colocadas lado a lado, as palavras ‘economia’ e ‘social’ produzem um sentido indeterminado que está na origem quer das dificuldades de definição destas organizações quer do ‘guarda-chuva’ amplo que cobre uma diversidade de organizações que se abrigam sobre o conceito de *economia social*. Mas esta junção “avança como uma força um pouco misteriosa” (Leroux, 2011) por quem quer fazer algo diferentemente. “L’appellation «économie sociale», à dessein ésotérique, porte en elle cette révélation étonnante, en laissant entendre que l’adjectif «social» aurait la capacité alchimique de retourner la nature profonde du substantif «économie». » (Leroux, 2011: p.4)

O carácter único da economia social não advém da sua atividade concreta pois isso poderá ser realizado na maioria das vezes por uma empresa de mercado mas sim pela forma particular

específica como realiza essa atividade. De facto, o objeto imediato da atividade económica - produção, distribuição, consumo - conduz a formas particulares de interação e a especificidade das organizações da economia social reside na forma como essa socialização é efetiva e conduz a formas específicas de interação.

A finalidade suprema da economia social, todos o afirmam, é colocar a economia ao serviço da pessoa e o carácter social é analisado por via de cinco critérios:

- Um objetivo expreso de serviço à comunidade
- Uma iniciativa que emana de um grupo de cidadãos (dinâmica coletiva)
- Um poder de decisão que não é fundado sobre a posse de capital
- Uma dinâmica participativa por parte dos diferentes parceiros envolvidos na atividade
- Uma distribuição razoável de benefícios

O que está em causa é o modelo económico em si mesmo e o desafio é o de reinscrever a economia no seio da sociedade com a profunda convicção de que a produção e a circulação de bens e serviços é uma atividade social. Como afirma Lévesque (2007b) a economia é social quer pelos seus *inputs* (receção de tecnologia, apoios financeiros, sistema social de inovação, contratualização de assalariados) quer pelo seus *outputs*, que não são apenas bens e serviços produzidos, mas também a criação de emprego, o desenvolvimento do território, a relação com a natureza, a qualidade de vida, etc. Mas, e sobretudo, a economia é social pela lógica intrínseca da sua atividade de satisfação das necessidades, pese embora a diversidade das formas como é realizada essa função social ao longo dos tempos e dos espaços.

De forma sintética destacam-se pela sua especificidade os dois fatores caracterizadores da ES: por um lado, o seu centramento na satisfação das necessidades incluindo aqui o aproveitamento de recursos materiais e humanos da coletividade. O que significa que a ES se estrutura em função de necessidades mais ou menos explicitadas pelas comunidades locais e não pela produção de necessidades artificiais sugeridas pela publicidade, por exemplo; por outro lado, e de forma mais estrutural, o seu ângulo filosófico e do agir humano (Leroux, 2011) que se traduz na propriedade comum e no carácter autogestionário, aspetos profundamente contrastantes da economia convencional e que constituem o que poderíamos apelidar de fomento do capital social e da dimensão comunicacional da atividade humana. Do ponto de vista gestionário esta dimensão não está apenas presente um vez por ano (análise das contas, reeleição dos dirigentes)

sendo antes uma forma permanente de encarar os clientes, de os associar à gestão, de fomentar o seu crescimento e *empowerment*.

De seguida analisam-se criticamente algumas das características das organizações da Economia social a partir da informação recolhida no âmbito do projecto de investigação supra mencionado.

1. IDENTIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOCIAL: alternativas locais mas longe de se apresentarem como movimento social

As organizações de economia social emergem do desejo de promover o desenvolvimento e a satisfação de necessidades das populações locais. Neste propósito dá lugar à transformação social visando o desenvolvimento de pessoas e comunidades e à mudança estratégica que combina o desenvolvimento de atividades de mercado, do Estado e da sociedade civil.

Esta realidade não se manifesta apenas no contexto do debate político e ideológico que atravessa o discurso de diretores e técnicos ; tem impactos a todos os níveis da prática das organizações na recusa explícita das versões neoliberais da economia e das versões assistencialistas da prestação de serviços.

De forma mais ou menos direta, estamos perante um universo de opções sociopolíticas de grandes consequências que coloca de forma diferente os pressupostos do empreendedorismo, a visão dos produtos e da produtividade, a viabilidade financeira de uma empresa coletiva, o enquadramento na lógica do desenvolvimento regional que prioriza o desenvolvimento endógeno em vez de uma procura de investidores externos.

Mas a diversidade e a complexidade das respostas possíveis torna difícil uma unanimidade na identificação da identidade própria destas organizações. Em primeiro lugar, a ideia de uma economia baseada em valores comunitários está longe de ser uma opinião dominante e a procura de novas formas de relação entre o económico e o social não tem ainda muitos modelos onde se apoiar e é mesmo uma problemática que não se coloca a algumas das organizações. Em segundo lugar, apesar da sua crescente importância, os conceitos de empreendedorismo social e de economia social não têm sido muito utilizados sobretudo na esfera da economia pública e é bastante diversificada a sua assunção, reconhecimento e identificação. Em terceiro lugar, e

porque a maioria destas organizações movem-se dentro de limites impostos pelo Estado e muitos dos seus líderes defensores da sua autonomia, consideram todo o processo de tutela pública com grande suspeita.

Por estas razões é fácil entender que o conceito de economia social é uma noção algo confusa e múltipla, o que não impede o claro sentido de serviço que é prestado por estas instituições. Para a maioria destas organizações, desde a direção, ao coletivo técnico passando pelos cooperantes não há dúvida de que estão inseridos numa realidade que se demarca quer das empresas quer da simples prestação de serviços. Os aspetos de reconhecimento da pertença a uma “família” que tem como referência o “economia social” são os seguintes: 1) ter finalidades de carácter social que visam o interesse geral e coletivo nomeadamente através de objetivos de luta contra a exclusão social, o desemprego e o desenvolvimento económico e social; 2) oferecer serviços/produtos mercantis orientados para populações solventes como forma de autossustentação; 3) ter uma gestão empresarial nos métodos de produção e venda de bens e serviços no mercado pese embora procurarem recursos que advém de outras fontes; 4) oferecer vários campos de atividades de claro cariz social como sejam o emprego e a inserção socioprofissional e os serviços de proximidade.

A maioria das associações de empreendedorismos social desenvolvem ações no âmbito de três problemáticas-chave: a luta contra a pobreza e a exclusão social, o emprego e a inserção socio-profissional e o desenvolvimento local sustentável. Fazem-no através de um profundo enraizamento local e através de redes e de parcerias. Mas é a atenção às necessidades locais e a diversidade de respostas num contexto de proximidade que se constitui como o elemento cimentador da especificidade da ação. É verdade que o grau de enraizamento nas comunidades locais é bem diversificado, e depende em larga medida das atividades que se desenvolve, mas todos consideram que economia social é empreendedorismo local quer na angariação dos recursos humanos e outros, quer na prestação de serviços e oferta de produtos.

Mas se estas organizações se assumem na clara identidade como organizações de economia social há campos cujo potencial está ainda largamente por explorar. De forma algo tradicional, estas organizações encaram-se a si próprias como prestadoras de serviços sociais ou atividades de formação, desporto e lazer dando ao conceito de economia social uma dimensão muito básica. Não deixa de ser estranho que, no âmbito das pesquisas que temos realizado, se recusem a ser consideradas como alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante mesmo quando o conjunto das suas atividades são reconhecidas pelos próprios como inovadoras.

Ora, pressupõe-se que este movimento associativo na sua essência pretende ilustrar um outro modelo de desenvolvimento e de sociedade: uma sociedade civil que se apropria do seu próprio quotidiano e tem sobre ele relações de controlo. De facto, essa dimensão de proximidade local teria essa enorme virtualidade de colocar no mesmo “sítio” o que estava desunido pois nenhum território pode pensar em separado as dimensões do seu desenvolvimento - económicas, demográficas, formação e educação – sob pena de o seu projeto estar votado ao fracasso. Mesmo quando as relações entre estas diferentes instâncias do desenvolvimento não são lineares (são mesmo frequentemente contraditórias) as relações no mesmo espaço implicam um olhar integrado e sistémico.

Mesmo considerando que o movimento associativo e solidário é um movimento amplo e diverso que responde a necessidades muito diferentes e com diferentes objetivos, seria de esperar a referência a outro modelo societal que se ambiciona que se alargue na sociedade como inspirador de reequacionamento noutras formas de relação social. As lógicas de concorrência e de subsidiação colocam estas associações muito presas ao quotidiano na sua luta diária pela sobrevivência e restando-lhes pouca disponibilidade para funcionarem como ‘movimento social’ que ensaiaria outra forma de relação entre o económico, o social e o cultural.

Estas associações valorizam pouco a relação com as suas congéneres que lhes permitiria dar força e massa crítica, assim como valorizam pouco a tarefa de disseminação da sua missão apesar de muitas das suas ações poderem ser consideradas inspirações para grupos e movimentos que pretendem encontrar alternativas para a sociedade e a economia local e mundial.

Em períodos de crise, as regulações macro sociais (mercado, Estado, sociedade civil) estão de tal forma abaladas que parece existir espaço para a recriação das formas de ação coletiva e para a inovação social e ser possível alguma experimentação. Acredita-se que estes micro sistemas sociais poderiam constituir-se como “laboratórios sociais, lugares de inteligibilidade e de emergência de novas relações sociais pois existe um efeito de proximidade que favorece uma dinâmica coletiva capaz de rejeitar formas de dominação e reconstituir formas de partilha. Nesse sentido, haveria que alimentar um percurso de reflexividade, de reforço dos nós e dos laços na diversidade das organizações para que o seu impacto ultrapassasse o local e emergisse com mais vigor na sociedade portuguesa.

2. LIDERANÇA E GESTÃO: necessidade de um salto qualitativo no trabalho coletivo

A crise do modelo civilizacional atual é também uma crise política e cultural associada às formas de organização da sociedade e que toma corpo numa crise de cidadania (associada às formas de participação cívica e política) ou associada à crise de legitimidade democrática dos eleitos que afasta cada vez mais os cidadãos da esfera pública. Nesse sentido, a crise atual não é uma mera crise económica; é também uma crise das formas organizativas e da eficácia que questiona a permanência no tempo em Portugal de instituições e de organizações com formas de funcionamento centralizadoras, arcaicas, burocráticas e opacas.

Ora, considera-se hoje que estes tipo de organizações contêm elementos para a refundação de modelos organizacionais onde decisores, recursos humanos e clientes agiriam baseados em culturas organizacionais que valorizavam o lugar dos atores na mudança social, o exercício da cidadania e a ação coletiva.

O reconhecimento da dimensão gestonária da organizações da economia social pressupunha um funcionamento democrático que envolveria toda a comunidade na diversidade dos seus interesses. A “gestão empresarial participada” era reconhecida como uma especificidade destas organizações no que elas continham como o processo de otimização das contribuições humanas, materiais e financeiras que permitem alcançar os objetivos desejados.

Esta definição pressupunha a existência de uma organização, isto é, de várias pessoas que desenvolveriam atividades em conjunto para melhor atingirem objetivos comuns, que seriam inatingíveis se as pessoas trabalhassem isoladamente. Caberia à liderança (coletiva ou individual) assegurar o envolvimento coletivo.

Assim, o economia social refere-se às iniciativas empreendedoras voltadas para causas sociais e baseia-se na cooperação, isto é, no desenvolvimento centrado nos objetivos de uma comunidade de decisores, trabalhadores e clientes. Nesta perspetiva mais abrangente o empreendedorismo significaria a recusa do autoritarismo, de decisões unilaterais e a crença na capacidade de ação dos sujeitos capazes de coletivamente se organizarem e construir o processo de satisfação das necessidades. Estas comunidades afirmam a sua vontade e sua capacidade de serem empreendedores eficazes com base num modelo alternativo de desenvolvimento baseado na solidariedade e na vontade de aumentar a riqueza da Comunidade, propondo soluções coletivas

originais e relevantes para a satisfação das necessidades da comunidade e não no desejo de lucro ou na acumulação de riqueza pessoal.

Passar das intenções à prática através de formas coletivas de funcionamento organizacional não é um processo fácil considerando as culturas institucionais portuguesas - pouco inovadoras e com fragilidades ao nível da preparação dos recursos humanos e da liderança. No entanto, é importante sublinhar a dificuldade de mobilização dos cooperantes, clientes e a suas famílias para uma aventura coletiva e existem queixas sobre a verticalidade da decisão e a ausência de informação. Não emergem com clareza a reflexão sobre a forma diferente de gestão democrática das organizações ou ensaio de modelos mais aprofundados de trabalho coletivo. Nas instituições mais pequenas a informalidade dos contactos ultrapassa alguns obstáculos ao trabalho de equipa mas nas instituições maiores o coletivo tem dificuldade na adopção de regras próprias e alternativas de funcionamento - mais partilha nas decisões e na avaliação do trabalho.

A próxima etapa de maturação destas organizações poderá ser o seu centramento na concretização de objetivos através da criação do que se tem vindo a apelidar de 'instituições inteligentes'. Este desafio poderia ser realizado de forma participada incorporando actividades inovadoras através de uma interação entre saberes do cidadão comum que são os clientes e suas famílias, os conhecimentos técnicos das equipas técnicas, e os conhecimentos científicos das universidades. Estão pois criadas condições para que desta tensão dinâmica entre conhecimento e ação se aprofundem as inovações, se desencadeiem novas formas de gestão através das "descobertas" de novas oportunidades que renovem as respostas mesmo as tradicionais fomentando outra relação entre prestadores de serviços e clientes, promovendo novas culturas organizacionais mais próximas dos tempos modernos e mais adequadas aos atuais contextos e dinâmicas sociais.

3. SUSTENTABILIDADE E REDISTRIBUIÇÃO SOCIAL: uma sustentabilidade paradoxal

No centro da problemática das organizações de economia social, e com profundas influências práticas, está a noção de sustentabilidade. Esta noção tem hoje um significado profundo se considerarmos o modo de vida das sociedades actuais e a ausência de controlo e de regulação dos sistemas económicos mundiais. A sustentabilidade tem uma dimensão ética e prática associada à forma de organização da nossa sobrevivência num contexto de profunda globalização com impactos locais.

Na verdade, o debate sobre a sustentabilidade no âmbito das organizações de economia social apresenta, pelo menos, três tipos de contradições: (1) entre as finalidades das instituições – entre a importância do lucro (excedente) para sobreviver e as finalidades éticas e sociais que pretendem resolver problemas; 2) entre o desejo de autonomia que advém do facto de se considerarem ‘originais’ na Missão e Valores e a necessária submissão às regras públicas devido à recepção de subvenções públicas; (3) entre o dever moral e a razão instrumental, e entre a regulação pelo mercado e a regulação pelo Estado. Estamos, pois perante formas complexas e paradoxais dada a coexistência de lógicas de actuação.

Considera-se frequentemente que a sustentabilidade da economia social provem potencialmente de quatro dimensões ou parâmetros básicos de análise: económica, sociocultural, política e de gestão. O primeiro parâmetro, economia, considera três registos ou lógica de ações: os recursos de mercado, os recursos do Estado e os recursos que advêm da lógica não-monetária, e que dizem respeito à lógica solidária e cooperativa de trabalho.

Como foi afirmado, na maior parte dos casos estas organizações desenvolvem atividades que lhes permitem angariar receitas próprias. A sustentabilidade é sobretudo entendida como na sua dimensão financeira e justifica, de forma mais ou menos refletida, a mistura de atividades e de públicos - entre a oferta de serviços e produtos orientados para as populações mais insolventes e serviços com contrapartida financeira que possam colmatar as falhas de tesouraria.

No entanto, a maioria das organizações consideram de utilidade (e de direito) ter financiamento de recursos públicos (nacionais ou comunitários) na medida em que se consideram parceiros na co-produção das políticas públicas. No entanto, é evidente o discurso de mal-estar face à necessidade de aceitação de enormes contrapartidas legais e burocráticas.

Nesse sentido recusa-se a tendência da tutela por parte do Estado. Considera-se que o financiamento do Estado é necessário mas isso não deve invalidar a flexibilidade necessária em termos de áreas a de actuação e de inovação.

Além da boa gestão financeira, são feitas referências à eficácia social, entendida como a sensibilidade às necessidades sociais e à capacidade de se ajustar a uma sociedade em mudança. Assim, a sustentabilidade social é entendida como a capacidade que têm as organizações para se manterem em funcionamento e cumprindo as metas que pretendem em conformidade com a sua filosofia de intervenção. Esta não é entendida apenas como o resultado financeiro ou exclusivamente com a capacidade de gerar receitas que sejam suficientes para cobrir os custos

operacionais e obter o excedentes, através da venda de produtos ou prestação de serviços, mas também com os resultados da sua acção política e social.

A sustentabilidade social destas organizações pode ser avaliada a partir dos seguintes alicerces: 1) uma forte componente interna de adesão aos objetivos de diretores, técnicos e cooperantes; 2) o forte enraizamento nos locais/territórios de origem; 3) uma forte capacidade de adaptação às conjunturas externas e internas; 4) os níveis de articulação em rede com congéneres, outros parceiros e autarquias; 5) a preocupação com a circulação da informação para todos os interessados. A articulação dinâmica destas dimensões é fundamental para o ajuizamento da sustentabilidade social das organizações de economia social.

A noção de economia social é na actualidade a forma recorrente de abordagem às organizações da economia social. Neste sentido, e atendendo ao que tem vindo a ser referido, seria desejável o reforço de novas reconfigurações do economia social, além da modernização das formas de gestão, implementando, nomeadamente, uma melhor combinação entre os recursos exógenos e os recursos endógenos, o alargamento das redes de acção (nomeadamente com as suas congéneres) repensando soluções e considerando o conjunto da rede social solidária, o reforço das formas de coordenação não apenas para mais adequada resposta mas também para maior visibilidade da sua acção.

4. A ECONOMIA SOCIAL: coexistência, exemplo ou alternativa ?

São várias as respostas a esta questão: se para os mais críticos, as organizações da economia social devem ter a vocação de viabilizar outro modelo de economia que substituiria a economia capitalista, para outros servira para ser exemplo de outra forma de coexistência entre o económico e o social.

Talvez mais interessante do que posições ideológicas de partida, legítimas, mas academicamente pouco úteis, sugere-se que se aprofunde verdadeiramente estas ‘outras formas de produzir e de viver’, investigando o que trazem de novo em termos de aprendizagem coletiva.

Considerando as necessidade apontadas de reaproximação entre o económico e o social, parece evidente, não necessariamente por razões éticas, mas por razões práticas que este tipo de organizações constituem modelos diferentes nas formas de fazer e de se relacionar com as colectividades que servem. Esta ‘outra forma de fazer que remete para uma nova forma de

governança (democrática mesmo que inacabada) é diferente da economia de mercado e da economia pública, aposta na dimensão comunicacional, de criação de sociabilidades e laços sociais e de ação coletiva. Isso é profundamente diferente da economia neoliberal onde nos encontramos, onde são os interesses de cada um que estabelecem os laços sociais, de preferência através de formas individuais e mercantis de satisfação das necessidades .

De forma prática, as organizações de economia social mostraram em múltiplos domínios e em múltiplas formas jurídicas que ‘outro mundo é possível’ e a sua simples existência tem algo de “subversivo” no mundo de hoje (Leroux: 2011). É verdade que os protagonistas das organizações inquiridas no âmbito do projecto identificado no início do artigo nem sempre explicitaram este carácter ‘subversivo’, embora encarem as suas organizações como uma ‘outra forma de fazer’. Pode dizer-se que se situam- num patamar que é pouco exigente para, e apesar de tudo, conseguir uma voz pública e a estruturação de um “projeto” que lhe dê unidade, coerência, reconhecimento e protagonismo.

A melhoria do conhecimento sobre a economia social, sobre a lógica intrínseca dessa ‘outra forma de fazer’ e a difusão destas reflexões pode permitir aumentar o potencial de reflexão destas organizações sobre si próprias e da sua capacidade de inovação.

BIBLIOGRAFIA

BARTHELEMY , Amandine e Slitine, Romain, (2011), *Entrepreneuriat social: innover au service de l'intérêt général*, Vuibert Paris.

BERTAUX, Daniel, (1978), *Destinos Pessoais e Estruturas de Classe*, Lisboa: Moraes Editores (ed. original: 1977).

BOLTANSKI, L.; Thevenot, L., (1991), *De la justification: les économies de la grandeur*, Paris: Gallimard.

BOUCHARD, Marie J. Levesque, Benoit, (2010), “Économie sociale et innovation. L’approche de la régulation, au coeur de la construction québécoise de l’économie sociale” in *Cadernos Crises*, Collection *Études théoriques*. o ET1103.

CASAQUI, Vander, (2013), *Concepções e significados do empreendedorismo social no Brasil e em Portugal: crise, performance e bem comum*, 1 XV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho Relações Sociais em Tempo de Crise: Trabalho, Emprego e Justiça Social, Covilhã, 16 e 17 de Maio de 2013 in <http://www.apsiot.pt/encontro/>.pdf.

CALLON, M., Lascoumes, P. Barthe, Y., (2001), *Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique*, Paris: Seuil.

LEROUX, Alain, (2011), *Quel Project pour 'économie social ?*, GREQAM Groupement de Recherche en Economie, Document de Travail n°2011-18

LEVESQUE, B., (2007a)), “L’innovation dans le développement économique et le développement social” in Klein, J.-L.; Harrisson, D. (dir.) *L’innovation sociale. Émergence et effets sur la transformation des sociétés*, Québec: Presses de l’Université du Québec, 43-70.

LÉVESQUE, Benoît, (2007b)), “Contribuição da nova sociologia económica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável” in *RAE - Revista de Administração de Empresas*, vol. 47, 2, 49-60 in <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1551/155116028005.pdf> .

LEVESQUE, Benoît, L., Bourque, Gilles e Forgues, Eric, (2001), *La nouvelle sociologie économique*, Paris: Desclée de Brouwer.

LIPIETZ, A., (1993), *Vert esperance: l'avenir de l'écologie politique*; Paris: La Découverte.

GIDDENS, Anthony, (1995), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta Editora.

GUERRA, Isabel, (2012), De que crise falamos...? Os cientistas sociais face à crise, in Maria José Casa-Nova e outros E(org.) *Cientistas Sociais. Responsabilidade Social no Mundo Actual*, Húmus, pp. 49/68.

PUTNAM, Robert D., (2000) *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, Nova York: Ed. Simon & Schuster.